



**PROJETO DE LEI N° , DE 2023
(Da Sra. DELEGADA ADRIANA ACCORSI)**

**INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE APOIO
E HUMANIZAÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E EGRESSAS DO
SISTEMA PRISIONAL E SEUS FAMILIARES.**

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Apoio e Humanização às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional e seus familiares.

Art. 2º São diretrizes da a Política Nacional de Apoio e Humanização às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional e seus familiares:

I - Estabelecer fluxo de atendimentos e procedimentos específicos para as mulheres, de modo a garantir a regularização da assistência no interior das unidades prisionais;

II - Pactuar ações junto à rede SUS e SUAS, para assistir as mulheres encarceradas e seus familiares em suas necessidades de saúde e assistência social, e garantir exames periódicos para prevenção e tratamento do câncer de mama;

III - Firmar parcerias com instituições públicas e particulares de ensino superior, fomentando a realização de projetos de cunho educacional, esportivo e cultural junto às mulheres, além de estimular a pesquisa acadêmica;

IV - Pactuar ações junto ao Judiciário de modo a incentivar, sempre que possível, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, a redução das penas privativas de liberdade e opção pela prisão domiciliar, nos limites estabelecidos pelo Código de Processo Penal;

V - Regularizar a assistência jurídica das internas, de forma a assegurar as progressões de regime penal, os indultos e comutações;

VI - Melhorar as condições da visitação nas unidades prisionais, de modo a garantir segurança aos familiares, sobretudo aos menores de idade, e promover o fortalecimento dos vínculos familiares;



* C D 2 4 9 4 4 7 4 0 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Delegada Adriana Accorsi - PT/GO

VII - Proporcionar assistência à egressa por meio da Implementação de Programa de Mobilização para Assistência à Pré-egressa e Egressa do Sistema Prisional – PROMAE;

VIII - promover a atenção aos (às) filhos (as) das mulheres encarceradas que se encontram intra ou extramuros, com garantia de acesso à educação, assistência social e saúde;

IX - Criar um calendário anual de ações voltadas para a capacitação das (os) servidoras (es) que atuam nas unidades prisionais que custodiam mulheres;

X - Aplicar instrumentos de gestão para monitoramento e avaliação dos impactos da presente Lei.

Art. 3º A Política Nacional de Apoio e Humanização às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional e seus familiares possui os seguintes objetivos:

I - Articular a atuação do Poder Público no desenvolvimento de ações e estratégias voltadas à redução do encarceramento, à proteção dos direitos humanos em estabelecimentos de restrição de liberdade nos Estados, Municípios e Distrito Federal, e à promoção de cidadania de mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional e suas respectivas famílias;

II - Garantir o acesso a direitos e serviços públicos às acusadas pelo sistema de Justiça, inclusive nas audiências de custódia, e apoio às famílias das mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional e suas respectivas famílias;

III - Promover a reinserção social a mulheres em restrição de liberdade e egressas, com apoio da rede psicossocial, para a redução de vulnerabilidades e fomento à sua autonomia;

IV - Integrar a presente Política às ações federais de redução do encarceramento e de garantia de direitos das pessoas em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional;

V- Aperfeiçoar e humanizar o sistema prisional feminino, especialmente no que concerne à arquitetura prisional e à execução de atividades e rotinas carcerárias, com atenção às diversidades e capacitação periódica de servidores;

VI - Aprimorar a qualidade dos dados constantes nos bancos de dados do Sistema Prisional Nacional, contemplando a perspectiva de gênero;

Apresentação: 08/03/2024 16:58:29,387 - MESA

PL n.661/2024





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Delegada Adriana Accorsi - PT/GO

VII - fomentar e desenvolver pesquisas e estudos relativos ao encarceramento feminino.

Art. 4º O Poder Público atuará para a promoção da cidadania de mulheres egressas do sistema prisional, com a articulação de políticas de educação, assistência social, saúde e acesso a trabalho a esta população.

Parágrafo Único - Poderão ser oferecidas alternativas de formação profissional, de inserção em programas de empregabilidade e de desenvolvimento de projetos de economia solidária, respeitadas as especificidades e interesses de cada mulher e suas respectivas obrigações com o Sistema de Justiça.

Art. 5º Deverão ser reservadas permanentemente:

I - Cota mínima de 5% do número total de funcionários de empresas contratadas pelo Poder Público, para serviços de prestação continuada de prazo igual ou superior a 120 dias;

II - Cota mínima de 5% para egressas em programas de empregabilidade ou de formação profissional, que venham a ser promovidos ou apoiados pela administração direta, indireta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelos Entes Federativos.

§1º As disposições sobre as diferentes modalidades de inserção profissional, previstas neste artigo, deverão ser incluídas já nos editais de chamamento público em que a Administração Pública venha a propalar.

§2º Todas as cotas citadas neste artigo deverão ser paritárias, em relação a raça e gênero, incluindo-se travestis e mulheres transexuais.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente propositura possui o objetivo garantir direitos fundamentais para as mulheres que estão privadas de liberdade para aquelas se são reinseridas na sociedade, busca desenvolver ações e estratégias voltadas à redução do encarceramento, promover os direitos humanos, em estabelecimentos de restrição de liberdade, e a cidadania de mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional; bem como de suas respectivas famílias.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Delegada Adriana Accorsi - PT/GO

Os dados mais atualizados acerca do encarceramento de mulheres no território nacional é da data no ano de 2018, pelo INFOOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Conjuntos de dados - Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo eles:

Mulheres presas: 42.355

Faixa etária: 27% - entre 18 e 24 anos 23% - entre 25 e 29 anos 18% - entre 30 e 34 anos 21% - entre 35 e 45 anos;

Escolaridade: 45% - Ensino fundamental incompleto 15% - Ensino fundamental completo 17% - Ensino médio incompleto 15% - Ensino médio completo

Raça/cor: 62% - negra 37% - branca

Os crimes cometidos por mulheres em sua maioria, não são violentos, apenas 6% são homicídio, a maioria, 62% são crimes relacionados ao tráfico de drogas, devido fatores sociais e econômicos.

“Aumento dos lares sustentados por mulheres Dificuldade de conciliação de papéis de gênero (cuidados da casa e família) em virtude da subsistência sua e de seus dependentes Precarização do trabalho – trabalho informal – dedicação à prática de crimes Trabalho dentro de casa ou próximo à casa Educação formal baixa + pobreza + responsabilidade de cuidado dos seus dependentes = vulnerabilidade.”

O Brasil é a 4^a maior população prisional feminina do mundo (EUA, China e Rússia na frente), é importante destacar que, 74% das mulheres em restrição de liberdade possuem filhos, sendo assim, a presente propositura se faz necessária para a redução dos números no sistema carcerário e principalmente garantir e gerar os direitos das mulheres e seus familiares.

Com a certeza de que o projeto só irá beneficiar a sociedade brasileira, firmando que a violência racial é inaceitável, apresento-o para apreciação dos nobres parlamentares.

Sala das Sessões, em de 2023

Delegada Adriana Accorsi
Deputada Federal
PT/GO



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249944740400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegada Adriana Accorsi

PL n.661/2024

Apresentação: 08/03/2024 16:58:29,387 - MESA

